

Súmula da 8ª Reunião do Grupo de Interlocutores para a Revisão do Plano Diretor

Data: 11/03/2020

Local: Auditório do Centro Administrativo São Sebastião

Membros do Grupo de Interlocutores: Dayse Gois (MPRJ/GAEMA), Giovanna Berti (CMDR), Manoel Ribeiro (IAB), Isabelle Cury (IPHAN), Henrique Gaspar Barandier (CAU-RJ), Luiz Assumpção Paranhos Velloso (SEBRAE), Christiane Ammon (IRM – Instituto Rio Metrópole), Marguerita Abdalla (SEARJ-COMPUR), João Pedro Rocha (ITDP/AMAVAG/APP Vargens) e Rosemere de Souza (IBAM).

Membros do CTPD: Monica Bahia Schlee (SMU/SUBU/CGPP/GM), Paulo Vianna (SMU/SUBU/CGPP/GM), Bruna Miceli (SMU/SUBU/CGPP/GM), Julia Queiroz (SMU/SUBU/CGPP/GM), Fabiane Albuquerque (SMU/SUBU/CGPP/GM), Alberto Taveira (SMU/SUBU/CGPP/GM), Benar Filho (SMU/SUBU/CGPP/GM), Mariana Barroso (U/SUBU/CGPP), Glória Torres (U/SUBU/CGPP), Marcelo Viseu (U/SUBU/CGPP/CPL), Estela Fontenelle (U/SUBU/CGPP/CPL), Jorge Alberto Ponte (U/SUBU/CGPP/CPL), Carolina Machado Martins (U/CIM), Daniela Javoski (U/CIM), Eugenia Loureiro (U/SUBU/CGPP/GNIU), Juliana Povoleri (U/SUBU/CGPP/CPT), Adriana Lima (IH/SUBH), Izabel Mendes (IH/SUBH), Luciane Moutinho (CVL/SUBPAR), Christiane Lopes (SME), Juliana de Souza Monteiro (SEOP/SUBDEC), Cristina Lodi (SMC), Wantuil Mascarenhas (SMC), Luis Tadeu Suzano Castor (RIO-URBE), Nelson Meirim (GEO-RIO), Marcela Tuler (GEO-RIO), João Grand Junior (SMASDH), Marcio Santarosa (SMF).

Convidados: Andrea Pulici (IPP), Henrique Torres (CET-RIO), Arnaldo Lyrio (CET-Rio), Márcio Santa Rosa (SMF), Cyro Vieira Jeolas (Rioluz), Maria Josefa Restum Lopes (FPJ), José Tomaz Ribeiro (SMU/CGPP/CP), Ana Paula Casassola (SMU/CPGG/CPL), Maria Lúcia Navarro (SMIHC/SUBCTO), Ester Genuíno (SMIHC/SUBCTO), Silvio Coelho (U/SUBU/CGPP), Felipe Coriolano (U/SUBU/CGPP/GNIU), Brasiliano Vito Fico (SMAC), Ruth Aono (IPP/CTPE), Sérgio Bello (IPP/CTPE), Verônica dos Santos (SMIHC/SUBH/CASH), Márcio Mundim (Associação de Moradores e Agenda 21 de Paquetá), Janaina de Barros Peres (SME), Daniele Moutinho de Melo (SMU/CGLF) e Luciana Soares Ribeiro (SMS/SUBPAV).

A reunião iniciou-se às 10:20 horas.

A arquiteta Mônica Bahia Schlee, Gerente de Macroplanejamento da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU/SUBU/CGPP/GM), agradece a presença de todos e, em especial a José Maria Arruda, do grupo de pesquisa em promoção da saúde para grupos socialmente vulneráveis como os idosos e pessoas com deficiência, que hoje participa pela primeira vez das reuniões do Grupo de Interlocutores da Revisão do Plano Diretor. Informa que serão realizadas duas apresentações sobre a temática da Vulnerabilidade Social: O programa "Territórios Sociais", coordenado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) e a Plataforma do Diagnóstico Socioterritorial Participativo da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Mônica Bahia Schlee (SMU/SUBU/CGPP/GM) observa que os estudos para a subsidiar a definição das mesozonas estão avançando e que a previsão é mostrá-los na próxima reunião, a ser realizada no dia 25/03/2020. Estes estudos incluem a identificação de eixos de desenvolvimento urbano sustentável ao longo dos corredores de transporte e a territorialização da vulnerabilidade social utilizando abordagens conjugadas. Para isso, como de hábito, foram feitas reuniões internas, com a presença de colegas da SMAC e SUBH e realizaremos reuniões de alinhamento PD x PDS, para compatibilizarmos os estudos que vêm sendo feitos nas duas iniciativas. Acrescenta que a equipe da GM está entrando em contato com os subgrupos internos do CTPD que vêm discutindo as bases das políticas setoriais para que sejam feitos os ajustes finais nas planilhas para dar início às discussões com os membros do Grupo de Interlocutores que se inscreveram para participar destas discussões. Informa que notas técnicas sobre os estudos relacionados ao Macroordenamento Territorial estão sendo finalizadas pela equipe da GM e serão disponibilizadas na Plataforma Colaborativa e no site da Secretaria Municipal de Urbanismo em breve. Reforça a informação sobre a forma de acesso à Plataforma, que pode ser feito no computador ou no celular, através do link planodiretor.rio ou <https://plano-diretor-pcrj.hub.arcgis.com>.

Mônica Bahia Schlee (SMU/SUBU/CGPP/GM) transmite a notícia de que a Secretária de Urbanismo, Fernanda Tejada, concedeu autorização para realizar a Oficina sobre Instrumentos Urbanísticos para Implementação do Plano Diretor nos dias 08 e 09/04/2020, que será promovida pela WRI, com a participação de membros das equipes das prefeituras de BH e SP e da Prof. Fernanda Furtado, da UFF e do Lincoln Institute. A seguir, convida João Pedro Rocha (ITDP/AMAVAG/APP Vargens) a fazer um breve relato

da reunião sobre “o futuro que queremos para Vargem Grande” ocorrida na Associação de Moradores de Vargem Grande no dia 7/3/2020.

João Pedro Rocha (ITDP/AMAVAG/APP Vargens) relata que o objetivo da reunião foi juntar esforços da sociedade civil no levantamento de problemas/desafios e na construção de propostas territorializadas para o seu equacionamento. Informa que o projeto aborda inicialmente os territórios da AP 4 (Vargem Pequena e Vargem Grande, Camorim, parte do Recreio e parte da Barra da Tijuca) e que na reunião foi usada a dinâmica do *World Cafe* (Café Mundial), para facilitar e agilizar o processo participativo.

João Pedro Rocha (ITDP/AMAVAG/APP Vargens) aponta os principais problemas/desafios levantados pela população (466 relatos de moradores), desafios estes que orientaram também a produção de propostas. Os problemas elencados foram:

- Transporte público deficitário;
- Infraestrutura urbana deficitária (destaques para pavimentação, iluminação, ciclovias e calçadas precárias)
- Saúde e saneamento precários;
- Depredação ambiental e qualidade da moradia
- Carência de educação pública, emprego e cultura,
- Falta de segurança pública.

João Pedro Rocha (ITDP/AMAVAG/APP Vargens) informa que o resultado final será um documento-resumo a ser publicado e divulgado para as diversas secretarias para soluções mais imediatas. Finaliza seu relato e devolve a palavra para Mônica, que informa a respeito da tramitação do Projeto de Lei Federal 5680/2019 (que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, e o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, para tipificar os planos urbanísticos), com alterações no Estatuto da Cidade, no que tange à inclusão do Plano de Urbanização e Plano de Pormenor, equivalentes à Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) e aos Planos de Estruturação Urbana (PEUs).

Mônica Bahia Schlee (SMU/SUBU/CGPP/GM) convida Júlia Queiroz (SMU/SUBU/CGPP/GM) para a leitura da contribuição de José Roberto Arruda, pesquisador do Grupo de Estudos da Promoção da Saúde (UIPS), “Sobrevivendo num ambiente hostil”, observando que este arrazoado pode contribuir com insumos para as discussões da revisão do Plano Diretor sobre o tema, na visão de quem o vivencia no cotidiano.

“As calçadas, praças, praias, parques e demais espaços públicos são bens de uso comum do povo, destinados à circulação de pessoas e à convivência social. Esses espaços devem respeitar a garantia da acessibilidade e mobilidade de todas as pessoas, em especial daquelas com deficiência e dificuldades de locomoção. As calçadas da cidade do Rio de Janeiro representam barreiras para a inclusão social desse grupo.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Segundo dispõe essa Lei, o Plano Diretor deve incluir rotas acessíveis, que possam garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida aos órgãos públicos e aos locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, entre outros, sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros.

Em setembro de 2015 a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciava um conjunto de iniciativas para melhorar acessibilidade na cidade, entre elas está o projeto "Rotas Acessíveis", que vai adaptar para pessoas com deficiência o percurso de dez dos principais pontos turísticos do Rio, e até agora nada foi feito.

O artigo “Acessibilidade, Mobilidade Urbana e Equidade”, incluído na coletânea "Promoção da Saúde e Grupos Socialmente vulneráveis: idosos e pessoas com deficiência”, relata os acertos e problemas encontrados por um cadeirante, em algumas capitais, inclusive no Rio de Janeiro”

Mônica Bahia Schlee (SMU/SUBU/CGPP/GM) agradece a José Arruda e passa a palavra a Giovanna Berti (CMDR), que informa sobre o Seminário de Agricultura Urbana, intitulado “Morar e Plantar na Cidade”, que ocorrerá nos dias 21 e 22/03/2020, com patrocínio obtido através do edital do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Em seguida, convida Andrea Pulici (IPP) para apresentação do Programa Territórios Sociais.

Andrea Pulici (IPP) agradece o convite e inicia sua apresentação, informando que o objetivo do programa é o atendimento a famílias muito vulneráveis socialmente, que não tinham acesso a serviços públicos, e apresenta os órgãos municipais que o compõe: Secretarias de Assistência Social e de Educação, IPP e Casa Civil. Informa que o programa foi desenvolvido por técnicos da Prefeitura há quatro anos. Acrescenta que a metodologia para identificação dos 180 setores censitários mais vulneráveis teve como base o Índice de

Desenvolvimento Social (IDS). Informa que nestes 180 setores foi aplicado o questionário do PNUD para a avaliação multidimensional da pobreza, avaliando critérios relativos à educação, à saúde e à qualidade de vida.

Andrea Pulici (IPP) informa que, para o atendimento das famílias, o conjunto das secretarias elaborou um protocolo de ação, cujos resultados são a redução de 82% de vulnerabilidade das famílias atendidas. Explica que o Programa possui três eixos principais: o processo de identificação e registro, denominado busca ativa; plano de ação integrada, ou seja, as ações concretas das secretarias para diminuir a vulnerabilidade social das famílias e o monitoramento dessas famílias de modo a verificar a eficácia do programa e o progresso social das famílias.

Andrea Pulici (IPP) informa que o plano de ação elaborado envolve todas as secretarias, numa abordagem transversal. Detalha a metodologia de trabalho, apresentando o fluxo do processo que é iniciado pela busca ativa e perpassa a atuação dos diversos agentes dos órgãos envolvidos. Destaca a necessidade de atendimento célere e de forma integral, aproveitando a oportunidade de contato com a família e congregando diversas questões como habitação, saúde, assistência social, educação, trabalho e cultura.

Andrea Pulici (IPP) apresenta o painel com o monitoramento das famílias, assim como os resultados alcançados.

- Foram identificadas famílias com múltiplas vulnerabilidades (falta de renda; falta de acesso à educação, saúde, saneamento, emprego, alimentação, etc.);
- Em março de 2019, o alcance do programa Territórios Sociais foi ampliado através de convênio com a ONU-Habitat para 10 complexos de favelas: Maré, Penha, Alemão, Jacarezinho, Lins, Cidade de Deus, Rocinha, Chapadão, Pedreira e Vila Kennedy, com a contratação de pesquisadores e coordenadores das comunidades para aplicação dos questionários de Busca Ativa (IDM), depois complementos pelo Plano de Ação Integrado e pelo Monitoramento, que compõem os 3 eixos do programa;
- Após um ano da entrada de uma família no programa, ela é novamente visitada e o questionário é reaplicado para se verificar se ela teve a sua vulnerabilidade reduzida e em que quesitos, até que ela saia completamente da condição de vulnerabilidade.
- Vídeos realizados pela mídia e pela ASCOM do Gabinete do Prefeito testemunham os resultados positivos do programa.

- O Plano de Ação Integrado é reavaliado após seis meses. Cada família participante do projeto é monitorada por um ano.
- A situação de vulnerabilidade é complexa e não se encaixa somente nas políticas de Habitação, Saúde, Educação, ou Assistência Social.
- É dado um número de cadastro para a família no SIURB.
- É providenciada a documentação de todos os membros da família participante que ainda não a possuem.
- Cada família cadastrada recebe a visita da Secretaria Municipal de Saúde e é dado o encaminhamento para acesso ao CRAS. Caso a família não compareça é dado um alerta para o CRAS ir ao domicílio.
- O mesmo é feito pela Secretaria Municipal de Educação em relação ao CRE, bem como pela Secretaria Municipal de Habitação, de Assistência Social, etc.
- A intenção é fazer tudo de uma vez só pois há muitas dificuldades uma vez que essas famílias muitas vezes não têm nem como ir aos postos, e se conseguem ir e não são atendidas, não voltam.

Diante de todas essas dificuldades, Andrea Pulici (IPP) considera que a implementação do programa Territórios Sociais foi muito difícil. Diversas comunidades foram visitadas, onde foram feitas reuniões com as lideranças comunitárias e reuniões internas com todas as equipes que atendem esses densos territórios. Foi feito um processo seletivo para a contratação de agentes e coordenadores a partir da análise de 3 mil currículos e muitas entrevistas. As equipes passaram por diversos treinamentos (dos protocolos de Saúde, Assistência Social e Educação; de segurança, feito pela ONU; de qual é o trabalho de um pesquisador; de como usar um tablet; de como fazer entrevistas; de qual é o papel de cada secretaria no programa, etc.). A ideia é ter equipes pequenas para não atrapalhar a dinâmica do território.

Andrea Pulici (IPP) informa que a primeira fase do programa – de Busca-Ativa – durou cerca de um ano e contou com 57 agentes de campo em 10 territórios, com 112 mil visitas domiciliares feitas em seis meses, 82 mil entrevistas efetivas e 23.831 famílias cadastradas, das quais 4.236 são famílias IPM 3, e 20 mil famílias em extrema pobreza, sem acesso ao programa Bolsa-Família. Também já foram encaminhadas 1.610 crianças a CRE que estavam fora da escola.

Andrea Pulici (IPP) informa mais detalhes sobre a atual fase de trabalho para o atendimento de famílias que entraram no programa mais recentemente e sobre o processo

de expansão do programa para Grandes Complexos de Favelas, em conjunto com a ONU Habitat, com a realização de busca ativa em 10 complexos. Apresenta a meta do projeto em relação à busca ativa em 150 mil domicílios, assim como as etapas já concluídas, as reuniões técnicas e as reuniões com as lideranças comunitárias, o processo seletivo dos pesquisadores e o treinamento para pesquisa. Informa que foram feitas 112 mil visitas e destaca a violência como o maior entrave para a realização do programa.

Andrea Pulici (IPP) menciona os gargalos do programa e o esforço para o seu equacionamento, seja através do auxílio para melhorar a potabilidade da água com o fornecimento de filtros e a divulgação de procedimentos sanitários básicos; o fornecimento de documentação; e o direcionamento para cursos de capacitação. Menciona a atuação conjunta com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), o Detran-RJ e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI), respectivamente, para sua provisão. Afirma que o maior e mais desafiador gargalo é a provisão de habitação digna, ressaltando a importância da articulação institucional para o atendimento das necessidades habitacionais. Andrea Pulici considera fundamental pensar os territórios a partir da dimensão urbana-habitacional, ressaltando as questões da falta de recursos e da violência como determinantes.

Segundo Andrea Pulici (IPP), percebem-se demandas por implantação de estrutura de água e esgoto, melhorias habitacionais (foco muito forte, as vezes com atendimento muito simples, como a abertura de uma janela, e outras mais complexas, como a implantação de um módulo sanitário ou a necessidade de reconstrução total), e a análise das condições ambientais para tentar propor formas de trabalho no território e dos limites de atuação nas áreas de restrição à ocupação. Os desafios são enormes, pois, não é fácil pensar territórios sociais apenas pelo viés urbano. É necessário articular os diversos agentes com as demandas habitacionais vindas do programa e avançar nos critérios para a ampliação das famílias e territórios aptos a receber o programa, pois, muitas dessas famílias estão assentadas em áreas de restrição ambiental como margens de rios. É preciso pensar em soluções alternativas para o saneamento pontual. E é premente resolver o principal problema que é a falta de recursos. Para o essencial, o IPP ainda está trabalhando com recursos próprios, mas, para resolver a equação da infraestrutura com projetos de médio e longo prazo, só é possível com investimentos.

Andrea Pulici (IPP) solicita a Ruth Aono (IPP) a disponibilização a todos os diagnósticos dos estudos realizados para os membros do Grupo de Interlocutores e informa

que foram feitas 10 grandes ações sociais e 8 dias de Identifica-Rio nas escolas nestes territórios, com o Detran e diversas secretarias envolvidas:

- 2000 identificações escolares;
- 4000 atendimentos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 800 cadastros para o Programa Minha Casa Minha Vida;
- 1900 emissões de segundas-vias;
- 2800 atendimentos pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 1941 atendimentos em relação a empregos (carteira de trabalho, cadastro e direcionamentos para vagas);
- 140 atendimentos especiais pela Secretaria Municipal de Educação;
- Cursos de capacitação para o primeiro emprego (em parceria com o CIEE).

Andrea Pulici (IPP) finaliza sua apresentação com dois vídeos de reportagens sobre o programa que mostram a abordagem inicial a uma família e o retorno da equipe ao fim do trabalho, de forma a verificar os avanços e o que ainda poderia ser melhorado.

Mônica Bahia Schlee (SMU/SUBU/CGPP/GM) agradece a contribuição de Andrea Pulici (IPP) e passa a palavra a João Grand Junior (SMASDH), que informa que o tema de sua apresentação é a construção de um diagnóstico social participativo através de uma plataforma informacional criada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), que funciona como um portal para acesso do cidadão aos dados da SMASDH disponibilizados para a sociedade e, por outro lado, como um ambiente de gerenciamento desses dados pela SMASDH, utilizando o ambiente do Sistema de Informações Urbanas (SIURB).

João Grand Junior (SMASDH) adverte que a informação disponibilizada inclui as contribuições realizadas pelos usuários, além de integrar os dados estruturados por outros órgãos da Prefeitura e outras esferas governamentais, sobre temas como economia e meio ambiente, entre outros, ou seja, é uma plataforma participativa, de inteligência coletiva.

João Grand Junior (SMASDH) apresenta a plataforma através de um vídeo, mostrando as seções referentes aos eixos temáticos, às estatísticas, ao glossário e às publicações. Considera que registro e memória são muito importantes para as instituições. Ressalta o esforço para registrar os processos de trabalho e a memória organizacional, bem como os esforços necessários para o aprimoramento da gestão e planejamento das organizações públicas e privadas, a fim de evitar tomadas de decisão com base em informações imprecisas. Considera vital disseminar as ideias de que a informação e o papel

institucional na geração de ações colaborativas são importantes para o embasamento da tomada de decisões futuras.

João Grand Junior (SMASDH) finaliza sua apresentação, indicando que a plataforma é pública, estando aberta a contribuições e críticas.

Mônica Bahia Schlee (SMU/SUBU/CGPP/GM) agradece a exposição de João e inicia a seção de perguntas da platéia.

Cristina Lodi (SMC) abre a sessão de perguntas voltando a levantar uma questão abordada por ela na última reunião sobre a importância de se incluir na macrozona de proteção e qualificação ambiental as áreas protegidas por seus atributos culturais, uma vez que o objetivo é desenhar o Plano Diretor para o futuro. Por outro lado, observa que os territórios com vulnerabilidades sociais também devem, assim como as áreas protegidas por seus atributos ambientais e culturais, estar refletidos nas macrozonas, integrando as populações vulneráveis à cidade. Argumenta que não se pode pensar em planejamento sem pensar em ações sociais.

Em resposta à Cristina Lodi (SMC), João Grand (SMASDH) considera que não vê contradição entre o ordenamento territorial por macrozonas e o planejamento social. Observa, no entanto, que é necessário integrar as diversas dimensões que compõem o território. Pontua que a escala do macrozoneamento é importante porque permite um olhar panorâmico sobre a cidade, a seguir é preciso pensar como fazer dialogar as diversas escalas de planejamento da cidade, inclusive as setoriais. Entende que a leitura do território em macroescala peca por considerar dados agregados, segundo os quais a cidade pode apresentar bons resultados econômicos e sociais que podem estar mascarando desigualdades intraurbanas. Argumenta que o maior desafio é integrar a “cidade invisível” e isso só pode ser feito na microescala (do detalhamento).

Andrea Pulici (IPP) responde à Cristina Lodi (SMC), concordando com João Grand (SMASDH) sobre a importância de se atuar em várias escalas. Comenta que o maior desafio, em sua opinião é reunir, estruturar e disponibilizar os dados institucionais administrativos produzidos por cada órgão municipal. Lembra que os dados geralmente utilizados são os do Censo do IBGE; e que o último censo foi realizado em 2010 e será atualizado em 2020; e ainda que o processo de revisão do Plano Diretor precisa ser finalizado em 2021. Opina que, desta forma, os novos dados do próximo Censo do IBGE, de 2020, provavelmente não estarão disponíveis a tempo de embasarem esta revisão.

Monica Bahia Schlee (SMU/SUBU/CGPP/GM) informa que no momento a Gerência de Macroplanejamento está produzindo análises relativas à vulnerabilidade social para

subsidiar a definição das mesozonas e entende que discutir os critérios adotados por estas duas importantes iniciativas na reunião de hoje pode ser útil como insumo para construir uma abordagem multidimensional da pobreza. Sobre os dados administrativos, lembra que esta tem sido uma preocupação da Gerência de Macroplanejamento desde 2018, quando foram realizadas sete Oficinas de Territorialização da Política Urbana com os diversos órgãos que compõem o CTPD, convidados externos e de outras instâncias governamentais, de modo a reunir os dados administrativos que foram disponibilizados no Relatório Intersetorial Integrado, que podem ser acessados via Plataforma Colaborativa (planodiretor.rio) ou via página da SMU (http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/10402268/4259609/Relatorio_CTPD_2018_Diagnostic_o_Intersectorial_Integrado_Completo.pdf). Pontua que o Censo de 2010 ainda é um conjunto importante de dados e que nos dá um parâmetro em relação à questão da vulnerabilidade social, porém, é possível, tendo em vista a conjuntura do país nos últimos anos, que a situação atual esteja pior.

Marcio Santarrosa (Assessoria de Inovação da Secretaria Municipal de Fazenda) parabeniza Andréa Pulici (IPP) e equipe pelo excelente trabalho realizado e lamenta a pouca visibilidade dada aos trabalhos dos Territórios Sociais, que mereceria maior investimento dos órgãos de comunicação da Prefeitura, como forma, inclusive, de obter maior apoio popular. Pergunta à Andrea Pulici (IPP) com que velocidade se consegue fazer um projeto como esse na medida de que a Prefeitura tem pouca mobilidade de investimento no momento, e se o número de famílias com vulnerabilidade tem crescido em vista da economia estar em decadência. Pergunta a João Grand (SMASDH) se a plataforma digital está sendo utilizada e se as outras secretarias conhecem o que está sendo feito. Opina que um grande desafio é promover a interação entre as secretarias e a difusão das informações dentro e fora da Prefeitura.

Andréa Pulici (IPP) responde a Marcio Santarrosa (SMF) que o Programa Territórios Sociais não é dispendioso. A previsão inicial era finalizá-lo em um ano, mas algumas dificuldades, entre as quais a violência em várias comunidades assistidas, atrasaram o cronograma previsto inicialmente. Argumenta que se esse programa for desenvolvido a longo prazo, poderá dar suporte para diversas políticas sociais de forma integrada pois a metodologia da busca-ativa identifica diversos problemas sociais que se interconectam. Informa que o IPP está iniciando o primeiro Censo da População de Rua, em conjunto com várias secretarias. Esclarece que o objetivo deste trabalho não é apenas atualizar dados

quantitativos e locacionais, é também tentar conhecer e entender qual a dinâmica que levou essas pessoas à rua.

João Grand (SMASDH) responde a Marcio Santarrosa (SMF) que programas semelhantes podem ser feitos de forma rápida e com custo baixo, com o apoio do IPP para implementar a base informacional. O SIURB-Lab foi criado para desenvolver e amplificar a inteligência coletiva, mas toda secretaria precisa ter um núcleo de informação estruturado (inteligência de informação), pois ela é fundamental para o planejamento.

Monica Bahia Schlee (SMU/SUBU/CGPP/GM) pergunta aos palestrantes qual a opinião deles sobre o índice mais adequado para identificar a vulnerabilidade social.

Andrea Pulici (IPP) informa que existem diversos índices que são usados para balizar ações municipais em relação a questões sociais: o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, o IDS – Índice de Desenvolvimento Social, o IPS – Índice de Progresso Social e o IPM – Índice de Pobreza Multidimensional, que foi desenvolvido especificamente para o Programa Territórios Sociais.

Andrea Pulici (IPP) não considera o IDH uma boa opção. Explica que ele foi desenvolvido no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na década de 1990, para comparar países e foi adaptado para o município do Rio posteriormente. Acredita que há muitos dados na Prefeitura que podem ser mais robustos que o IDH, além de mais próximos da realidade da cidade. Para a identificação da vulnerabilidade social, crê que seria mais adequado usar os dados da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, que tem experiência nisso. Informa que o Índice de Pobreza Multidimensional foi idealizado para o Programa Territórios Sociais, com base nas informações da busca ativa realizada, para um universo reduzido de respondentes, portanto, não é viável utilizá-lo para embasar as análises na escala da cidade como um todo até o presente momento. Explica que é necessário ter entrevistadores e analistas de dados que atualizem os dados com frequência e as equipes devem voltar a campo em intervalos regulares para acompanhar a evolução das famílias. Esclarece que no programa Territórios Sociais os questionários são aplicados a cada 6 meses, mas, há o inconveniente da flutuabilidade das famílias, que em muitos casos, se mudam de domicílio com frequência.

Andrea Pulici (IPP) observa que a criação do IDS – Índice de Desenvolvimento Social foi uma tentativa do IPP de criar um índice em escala intraurbana que retratasse melhor a realidade da cidade, utilizando os dados por Setor Censitário do IBGE. O problema é que o Censo do IBGE é atualizado apenas de dez em dez anos. Em relação ao Índice de Progresso Social, esclarece que a unidade territorial utilizada na metodologia é a Região

Administrativa, pois, nem todos os dados que compõem este índice podem ser extraídos por bairros. Observa que o Plano Diretor dará diretrizes para os próximos dez anos, mas não pode deixar de contemplar o olhar micro também, e esse é outro dos grandes desafios desta revisão. Sugere que sejam usadas unidades territoriais de análise específicas para cada tema estudado.

Monica Bahia Schlee (SMU/SUBU/CGPP/GM) intervém para mencionar que o IPS - Índice de Progresso Social foi usado pelo setor de Macroplanejamento para embasar dois estudos realizados em 2016: para identificar áreas prioritárias para implantação de equipamentos públicos comunitários e para implantação de habitação de interesse social. Ressalta que o problema deste índice é a unidade territorial de disponibilização dos dados (por Região Administrativa). Isso causa discrepância de análise entre as Áreas de Planejamento 3 e 5, por exemplo, pois, a última possui regiões administrativas com área territorial muito maior do que a AP 3 ou do resto da cidade, comprometendo as avaliações.

João Grand (SMASDH) responde a Monica Bahia Schlee (SMU/SUBU/CGPP/GM) que qualquer indicador é útil quando sabemos como ele foi construído e entendemos para o que serve. Acrescenta que o IDH compara países como os EUA, que têm muitos dados disponíveis, e países da África, por exemplo, onde quase não há dados. Opina que o IDS permite um entendimento melhor da Cidade e concorda que o problema é o tempo de atualização (10 anos), mas, lembra que, para o ano que vem (PD), os dados estarão atualizados. Argumenta que os dados quantitativos devem ser cotejados com uma análise qualitativa de quem está na “ponta” e conhece a realidade da cidade.

Bruna Miceli (SMU/SUBU/CGPP/GM) pontua que o mapeamento é só uma representação das informações coletadas num determinado tempo e um índice apenas talvez não possa abarcar todas as situações e nuances encontradas em campo.

Giovanna Berti (CMDR) pergunta de que forma a questão da soberania alimentar e da agricultura urbana dialoga com os Territórios Sociais e se elas foram contempladas nesse programa, pois, entende que esta é uma vertente tão importante quanto a Saúde, a Educação, a Habitação, etc. Pontua que grande parte das famílias tem como chefe uma mulher. Pergunta se há interlocução entre as famílias. Pergunta se há projetos com hortas comunitárias (como o Mulheres em Ação, por exemplo), com mutirões para reconstrução de casas atingidas por enchentes, coleta seletiva, etc. Lembra que na época dos Jogos Olímpicos de 2016, mais de 70 mil pessoas foram removidas da AP4 para a AP5. Pergunta se estas pessoas foram e/ou continuam sendo assistidas, pois tem conhecimento de que há pessoas morando nas estações abandonadas do BRT.

Andréa Pulici (IPP) responde que o Programa Territórios Sociais parte da premissa que Educação (acesso à escola), Assistência Social e Saúde são portas de entrada para uma primeira abordagem com a população socialmente vulnerável. Informa que acessos a outros programas virão em seguida. Considera que, para ser efetivo, o programa necessita que todas as secretarias trabalhem integradas para que seus serviços sejam potencializados. Esclarece que a metodologia adotada parte da criação de um fluxo de atendimento a partir do IPM, que tem como objetivo descobrir o que deve ser feito para melhorar a situação de uma família vulnerável, tirando-a da invisibilidade (e, portanto, da situação de vulnerabilidade) para depois ela andar com as próprias pernas. Sobre a questão da insegurança alimentar, sabemos que o que existe é o Programa Bolsa-família, ao qual essas famílias não tinham acesso por falta de documentos e informação. Depois foram acrescentadas várias outras possibilidades dentro da estrutura de governo municipal, como o Cartão Família Carioca, o Programa Hortas Cariocas (que envolve a implantação de hortas em espaços públicos e nas escolas etc.). Acrescenta que uma das ações iniciais é providenciar o acesso a documentos de identidade e informações que as famílias precisam para se inscrever em programas de assistência governamentais.

Dayse Gois (MPRJ) pontua que situações de risco, reassentamento e remoções não foram mencionadas.

Quanto à questão dos reassentamentos, Andrea Pulici (IPP) observa que é preciso entender que o programa segue um fluxo que vai de ações simples, que não precisam de recursos, a ações complexas, que necessitam de muitos recursos, pois, quando há ocupações em beira de rio, provavelmente haverá necessidade de reassentamentos que deverão ser feitos com um planejamento prévio que envolve diversos setores, principalmente o de Habitação.

Sobre a questão do reassentamento de famílias, Verônica dos Santos (SMIHC/SUBH) pede a palavra e informa que há um Plano de Reassentamento que será apresentado na reunião do dia 25/03/2020 e que remoção não faz parte da atual política de habitação da Prefeitura. Considera que esse processo de reassentamento não pode ser compulsório, precisa ser dialogado com as famílias, mostrando os inconvenientes de sua permanência nesses locais perigosos. É necessário mostrar às famílias que o tipo de moradia que precisa de reassentamento são barracos em situação de extrema precariedade, insegurança e risco, mas observa que muitas vezes as famílias não têm interesse e não aceitam ser reassentadas.

Informa que a rotina da SUBH envolve 3 vertentes dentro do programa Territórios Sociais:

- urbanização de algumas áreas e a captação de recursos necessária para isso;
- áreas onde há necessidade de reassentamento por questões de risco (áreas de preservação ambiental); e
- áreas que já foram organizadas, porém, existem moradias pontuais que ainda precisam de melhorias habitacionais.

Marcio Mondin (Agenda 21 – Ilha de Paquetá) sugere a inclusão do conceito de Ecologia Política, uma abordagem teórica metodológica que tem se consolidado nas ciências sociais, que trata das relações harmônicas e desarmônicas entre os grupos sociais com os ecossistemas em que estão inseridos, para estudar os conflitos socioambientais que surgem a partir da disputa pelo acesso, uso e apropriação de bens, recursos e serviços ambientais, ou seja, decorrentes do confronto entre atores sociais que defendem lógicas diferentes para a gestão dos bens coletivos de uso comum.

Andréa Pulici (IPP) ressalta o problema da desinformação, uma vez que a mídia é resistente em divulgar as boas ações da Prefeitura, porém, observa que hoje o Programa Territórios Sociais já é bastante conhecido dentro do governo. Informa que, além da rotina diária do programa Territórios Sociais, busca parcerias em todos os níveis governamentais, como com o Detran e a Fundação Leão XIII, universidades, CAU, UIA.

Monica Bahia Schlee (SMU/SUBU/CGPP/GM) encerra a reunião, agradecendo as contribuições dos palestrantes e a presença de todos, e convida para a próxima reunião, prevista para realizar-se em 25/03/2020.

ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO DO DIA 11/03/2020:

Conforme estabelecido no artigo 2º do Regimento Interno do Grupo de Interlocutores para a Revisão do Plano Diretor, os encaminhamentos acordados conjuntamente nesta instância consultiva auxiliarão no direcionamento do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro.

Nesta reunião os encaminhamentos foram os seguintes:

- O planejamento urbano e o macroordenamento territorial devem refletir e abranger, tanto os territórios com vulnerabilidades sociais, como as áreas

protegidas por seus atributos ambientais e culturais, de forma a integrar as populações vulneráveis à cidade.

- Considerar os conflitos socioambientais que surgem a partir da disputa pelo acesso, uso e apropriação de bens, recursos e serviços ambientais, decorrentes do confronto entre atores sociais que defendem lógicas diferentes para a gestão dos bens coletivos de uso comum, e tentar equacioná-los/conciliá-los através do diálogo.
- As diversas escalas de planejamento da cidade devem dialogar, com especial atenção às políticas setoriais e à microescala. Para cada tema estudado podem ser usadas unidades territoriais de análise específicas.
- Para realizar o mapeamento da vulnerabilidade social, deve-se buscar utilizar dados institucionais administrativos produzidos por cada órgão municipal, sobretudo os dados da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) e cotejá-los com o IDS, produzido pelo Instituto Municipal Pereira Passos (IPP), que será atualizado ano que vem, com base no novo Censo.
- Estabelecer e mapear rotas acessíveis para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida aos espaços e órgãos públicos e locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros.